UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA

BEATRIZ KASPARY MUNHOZ

MUSEUS E ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS NEURODIVERGENTES

Ouro Preto
2026

Museus e Acessibilidade para Pessoas Neurodivergentes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Museologia do Departamento de Museologia da Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Antônio Nunes

Linha de pesquisa: Museologia e processos museais aplicados

Ouro Preto

2026

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Beatriz Kaspary Munhoz

Museus e Acessibilidade para Pessoas Neurodivergentes

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia

Aprovada em 31 de julho de 2026

Membros da banca

Prof. Dr. Gilson Antônio Nunes - Orientador - Departamento de Museologia - Escola de Direito, Turismo e Museologia - Universidade Federal de Ouro Preto
Arquiteta Marina Pasetto Baki - Museu Oscar Niemeyer
Profa. Dra. Ranielle Menezes de Figueiredo - Departamento de Museologia - Escola de Direito, Turismo e Museologia - Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Gilson Antônio Nunes, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 05/10/2026.

Documento assinado eletronicamente por **Gilson Antonio Nunes**, **PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 05/10/2026, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **1202387** e o código CRC **695FE2AD**.

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: (31)3559-1967 - www.ufop.br

À minha mãe, que sempre me incentivou a ser uma mulher independente e correr atrás dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Toda vez que as férias da faculdade acabavam e eu estava esperando ônibus para Ouro Preto meu pai me dizia “foco e força nos seus objetivos”. Eu sempre ficava muito chateada de ter que voltar na rotina longe da minha família, com tantas incertezas, mas meu pai e minha mãe davam um jeito de me animar e me motivar. Nunca vou conseguir expressar o quanto eu sou grata por tudo o que eles fizeram e fazem por mim, e o quanto sinto orgulho de poder chamá-los de pais.

Agradeço às minhas amigas que a universidade me presenteou. Juliane, Lourdes e Mari, obrigada por serem tão companheiras nesta jornada. Todas as vezes que eu queria desistir vocês conseguiram me animar e deixar tudo mais leve. Sem vocês eu jamais teria conseguido chegar até aqui.

Ao meu companheiro de vida, Bernardo, que além de namorado, acima de tudo, é meu melhor amigo. Sou muito grata e feliz de saber que posso contar com ele para tudo, sempre me incentivando a seguir os meus sonhos. Agradeço também ao Tino e a Rejane por me acolherem com muito carinho.

Agradeço aos meus professores, em especial ao meu orientador Gilson, que me acompanhou desde o início do meu projeto, e acreditou nessa pesquisa.

Às minhas cachorras, Nina e Mel que me mostram o mais puro e sincero amor. Mesmo de longe, eu as tenho no meu coração e carrego o carinho delas comigo.

Essa pesquisa foi além de tudo, uma jornada de autoconhecimento, e me fez amadurecer muito como estudante e pessoa. Estou contente com o resultado, e sei que esse trabalho não foi só meu. Nele, tem um pouquinho de cada pessoa que me apoiou, me escutou, e tornou esses quatro anos mais leves.

A militância a favor da acessibilidade plena parte do reconhecimento de que no cotidiano ela não existe e que, portanto, é preciso construí-la

(Regina Cohen, Cristiane Duarte e Alice Brasileiro)

Lista de Figuras

Figura 1 - Espaço multissensorial do Aeroporto de Brasília..... 23
Figura 2 - Interior do Espaço multissensorial do Aeroporto de Brasília..... 23
Figura 3 - Cartaz no Shopping Manaira indicando o empréstimo de abafadores de ruído..... 24
Figura 4 - Sala de autorregulação no Museu do Amanhã..... 25
Figura 5 - Questionário utilizado na pesquisa..... 26
Figura 6 - Museu Oscar Niemayer..... 28
Figura 7 - Porcentagem dos museus que possuem um programa de acessibilidade, dentre as instituições com iniciativas de acessibilidade segundo a plataforma MuseusBr (2025)..... 29
Figura 8 - museus que possuem ações de acessibilidade para pessoas neurodivergentes, dentre as instituições com iniciativas de acessibilidade segundo a plataforma MuseusBr (2025)..... 29
Figura 9 - Capa da narrativa visual..... 31
Figura 10 - Página 2 da narrativa visual..... 31
Figura 11 - Sumário da Narrativa Visual..... 32
Figura 12 - Mapa Sensorial..... 33
Figura 13 - Página 2 do Mapa Sensorial..... 33
Figura 14 - Legenda do Mapa Sensorial..... 33
Figura 15 - Aviso de estímulo sensorial..... 34
Figura 16 - Aviso de estímulo sensorial..... 34
Figura 17 - Sala de acomodação sensorial..... 35
Figura 18 - Código QR para avaliação..... 36

Lista de Abreviaturas e Siglas

TEA- Transtorno do Espectro Autista

TDAH- Transtorno do Défict de Atenção com

Hiperatividade IBRAM- Instituto Brasileiro de Museus

ABRAÇA- Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas

Autistas TPS- Transtorno do Processamento Sensorial

DPSA- Disabled People South

Africa MON- Museu Oscar Niemeyer

Sumário

Introdução.....**12**
1. Entendendo o conceito de neurodivergência.....**15**
2. Neurodivergências e museus.....**19**
2.1 Como viabilizar a acessibilidade para pessoas neurodivergentes?.....21
3. Procedimentos metodológicos.....**26**
3.1 Resultados da pesquisa.....28
3.2 Estudo de caso.....30
Considerações Finais.....**37**
Referências.....**38**

Resumo

A presente pesquisa trata da acessibilidade para pessoas neurodivergentes em museus brasileiros, buscando primeiramente alguns elementos conceituais sobre a temática por meio de uma breve revisão bibliográfica. Num segundo momento, buscou-se conhecer a situação atual do Brasil, no que se refere ao quantitativo de museus que possuem políticas e práticas inclusivas para esse público. Para tanto, utilizou-se da plataforma MuseusBr, mantida pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), com dados do Cadastro Nacional de Museus, onde foram identificados o universo da pesquisa. Dentre os 4.068 museus cadastrados, 387 estão registrados como possuidores de ações de acessibilidade, sendo estes os museus pesquisados. Dos 355 e-mails efetivamente entregues aos museus, retornaram 65 respostas. Das quais apenas 41,5% declararam possuir de fato um programa de acessibilidade para pessoas com deficiência, embora exista uma determinação legal, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Dos museus que declaram possuir programa de acessibilidade, 14 afirmaram que possui políticas para acesso de pessoas neurodivergentes. Destes, foi feito um estudo de caso com o Museu Oscar Niemayer (MON), em Curitiba/PR, considerado pioneiro na América Latina nessas políticas. É notável que o Brasil falha no quesito acessibilidade para pessoas neurodivergentes, sobretudo nos museus, tanto por fatores de falta de visibilidade no tema, quanto por dificuldades orçamentárias que são enfrentadas e frequentemente relatadas pelas instituições museais. O MON apresenta exemplos de maneiras para viabilizar esse tipo de acessibilidade. Destacam-se os materiais de narrativa visual e mapa sensorial, que são disponibilizados no site do museu na Internet, de forma gratuita, facilitando o planejamento da visita de pessoas neurodivergentes. Outros recursos disponibilizados para o visitante são os abafadores de ruído e os cordões de girassol, que representam um investimento, relativamente, baixo custo. Uma medida com um investimento financeiro maior, empreendida pelo MON, foi a implantação da sala de acomodação sensorial. Um espaço de acolhimento reservado, concebido para a pessoa neurodivergente que queira um ambiente confortável para regulação sensorial.

Palavras-chave: Museus, acessibilidade, pessoas neurodivergentes

Abstract

This study examines accessibility for neurodivergent people in Brazilian museums, initially presenting key conceptual aspects of the topic through a brief literature review. It then investigates the current situation in Brazil regarding the number of museums that have inclusive policies and practices for this audience. To this end, data from MuseusBr, the platform maintained by the Brazilian Institute of Museums (Ibram) based on the National Museum Registry, were used to identify the research universe. Among the 4,068 registered museums, 387 were listed as having accessibility initiatives and were therefore selected for the study. Of the 355 emails successfully delivered to these museums, 65 responses were received. Of these, only 41.5% stated that they actually had an accessibility program for people with disabilities, despite the legal requirement established by Law No. 13,146 of July 6, 2015 (the Brazilian Law for the Inclusion of Persons with Disabilities). Among the museums that reported having an accessibility program, 14 indicated that they had specific policies to support neurodivergent visitors. A case study was then conducted at the Oscar Niemeyer Museum (MON) in Curitiba, Paraná, which is recognized as a pioneer in Latin America in implementing such policies. The findings reveal that Brazil still faces significant challenges in providing accessibility for neurodivergent people, particularly in museums, due both to the limited visibility of the issue and to the budgetary constraints frequently reported by museum institutions. The Oscar Niemeyer Museum offers practical examples of measures that can facilitate this type of accessibility. Notable initiatives include visual narrative materials and a sensory map, both freely available on the museum's website, enabling neurodivergent visitors to better plan their visit. Other resources provided include noise-reducing headphones and sunflower lanyards, which represent relatively low-cost investments. A more substantial financial investment made by the museum was the implementation of a sensory accommodation room—a dedicated, welcoming space designed to provide a comfortable environment for sensory regulation for neurodivergent visitors.

Keywords: Museums, accessibility, neurodivergent individuals.

Introdução

Os direitos das pessoas com deficiência no Brasil foram conquistados principalmente, da luta dos movimentos sociais que conseguiram o reconhecimento do Estado por meio de programas e legislação, como a Lei nº 13.146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Nunes, Santos e Paiva, 2024, p. 318), assegurando igualdade, acessibilidade, prioridade no atendimento e proteção contra discriminação, exploração ou violência, garantindo ainda autonomia civil, direito ao trabalho, educação inclusiva, saúde e benefícios previdenciários/assistenciais, promovendo a inclusão plena na sociedade (Brasil, 2015).

Essa legislação alterou inclusive a Lei nº 11.904/2009, conhecida como Estatuto dos Museus (Brasil, 2009), determinando a essas instituições a implementação de programas de acessibilidade para todas as pessoas, determinação esta que é parte integrante do Plano Museológico, ou seja, trata-se de uma obrigação legal. Porém, passados quase vinte anos, observa-se que a acessibilidade para pessoas neurodivergentes, sobretudo no ambiente museal, objeto desta pesquisa, ainda é muito limitada no Brasil.

Quando observamos os demais ambientes em nosso país, a situação não é muito diferente, pois as ações concretas de acessibilidade para o público neurodivergente ainda são pequenas, em que pese a existência de uma determinação legal específica, a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que considera as pessoas com este transtorno pessoas com deficiência para todos os efeitos legais (Brasil, 2012).

Para Souza, Tavares e Mota (2024, p. 221), a Lei nº 13.146/2015, em seu artigo 2º, definiu pessoa com deficiência como sendo aquela que tem impedimento de longo prazo, seja de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, em interação com uma ou mais barreiras.

Destaca-se aqui, o artigo 8º da mesma Lei, que afirma:

> É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência

> social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura [...] (Brasil, 2015).

Fica evidente na legislação, portanto, o direito à acessibilidade e à cultura como dever do Estado que deve ser assegurado para todas as pessoas.

A mesma definição a respeito da pessoa com deficiência é descrita no artigo 3º parágrafo 1 da Portaria Ibram nº 3.135, de 20 de setembro de 2024, que dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Acessibilidade em Museus e Pontos de Memória - Acesse Museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Diante da necessidade de ampliar a acessibilidade nos espaços museológicos, diferentes iniciativas têm sido desenvolvidas para orientar as instituições na implementação de práticas inclusivas. Entre elas, destaca-se o programa Acesse Museus, criado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). O programa tem como objetivo fomentar e difundir o conhecimento sobre práticas acessíveis e inclusivas nos museus e pontos de memória, estimular a eliminação de barreiras de todas as naturezas e estabelecer diretrizes e normas para acessibilidade nessas instituições (IBRAM, 2024).

De acordo com Cohen (2012, p. 13):

> A militância a favor da acessibilidade plena parte do reconhecimento de que no cotidiano ela não existe e que, portanto, é preciso construí-la. A construção da acessibilidade passa pela remoção de barreiras instaladas nas mais diversas áreas dos museus. Registre-se, desde já, que o foco dessa observação não incide exclusivamente sobre as barreiras materiais, por mais poderosas que elas possam ser; existem no meio do caminho da acessibilidade pedras imateriais, igualmente poderosas ou ainda mais [...] (Cohen, p. 13, 2012)

Pensar em acessibilidade também é pensar sobre como quebrar não só a barreira material, mas todas as 6 barreiras definidas pela lei 13.146 de 2015, sendo elas: urbanísticas, arquitetônicas, no transporte, na comunicação, atitudinais e tecnológicas (Brasil, 2015).

Resultados de pesquisas de Souza, Tavares e Mota (2024, p. 225), concluem que embora as leis criadas no Brasil para assegurar direitos e proteção às pessoas neurodivergentes e neuroatípicas sejam, em grande parte, bem estruturadas e eficazes, o principal desafio para a acessibilidade e inclusão social ainda reside na falta de compreensão e acolhimento por parte da sociedade. Essa realidade é evidente em diversos contextos, sejam eles educacionais, profissionais, culturais ou recreativos.

De acordo com com Silveira e Bichueti (2024), um dos maiores desafios das cidades é se tornarem totalmente acessíveis e inclusivas para atender às necessidades de todos. Para os autores, muitos estudos sobre o contexto urbano de grupos marginalizados, como deficientes físicos e imigrantes, têm recebido atenção de pesquisas acadêmicas e mesmo políticas públicas, no entanto outras diversidades, como as pessoas neurodivergentes, que possuem barreiras sensoriais e cognitivas, tem recebido menor atenção de estudos acadêmicos e de práticas inclusivas nas cidades.

Garantir os direitos de uma pessoa neurodivergente é cumprir a legislação brasileira. Para se entender melhor como pode-se garantir esses direitos e incluí-las na sociedade é necessário conhecer os diferentes tipos de neurodivergência e suas demandas.

Diante da obrigatoriedade legal dos museus quando se trata de acessibilidade, questiona-se em que medida as instituições museológicas tem estabelecido estratégias para a inclusão de pessoas neurodivergentes.

Cohen, Duarte e Brasileiro (2012, p.8) discutem sobre como o acesso aos bens culturais necessita de uma constante luta, mesmo sendo garantido por lei, se faz necessário uma militância para a efetiva transformação desse direito em prática.

Desta forma, o presente trabalho busca, em um primeiro momento, contextualizar a acessibilidade de pessoas neurodivergentes nos museus brasileiros, partindo de uma revisão bibliográfica sobre o cenário museológico nesta temática. Em um segundo momento, por meio de uma pesquisa de campo, identificar dentre os museus brasileiros que possuem estratégias de acessibilidade para as pessoas com deficiência, quais, por ventura, apresentam estratégias de acolhimento para as pessoas neurodivergente, com o objetivo de entender suas necessidades e maneiras de se promover a acessibilidade para esse público levando em consideração o contexto que se encontram os museus brasileiros.

1. Entendendo o conceito de neurodivergência

Para entender melhor o conceito de neurodivergência, citamos aqui a definição de Kenna (2023, *apud* Silveira e Bichueti, 2024, p. 134), que considera a neurodiversidade está relacionada com as diferenças em como o cérebro responde e gerencia a vida cotidiana, incluindo tarefas diárias como cumprir prazos, frequentar escola ou universidade, trabalhar, manter o foco, acessar o transporte público, socializar e assim por diante.

A pessoa neurodivergente possui um desenvolvimento ou um funcionamento neurológico diferente do padrão esperado pela sociedade em geral, são seres humanos que têm variações em habilidades neurocognitivas como à atenção, aprendizado, humor, sociabilidade, entre outras funções mentais (Ortega, 2008 e Singer, 2016, *apud* SILVEIRA e BICHUETI, 2024, p.134).

Para Walker (2014, p. 29), neurodivergência significa possuir uma mente que funciona de maneira que diverge significativamente dos padrões sociais dominantes de normalidade, existindo muitas formas de neurodivergência, entre elas o Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Défict de Atenção, pessoas com fobias extremas, entre outros.

Embora parecidos, os termos neurodivergência e neurodiversidade possuem significados diferentes. De acordo com a organização Autismo e Realidade (2023), neurodiversidade compreende as diferenças naturais do cérebro humano, visto que nenhuma mente é igual a outra.

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, em seu artigo 4º, especifica quando uma pessoa é reconhecida perante a lei como pessoa com deficiência mental, entendendo que neste caso é quando o funcionamento intelectual é significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas. Entre essas habilidades adaptativas tem-se habilidades sociais, de comunicação, cuidado pessoal, entre outras. Assim, podendo entrar aqui algumas neurodivergências como TEA e Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) que quando caracterizadas por um médico seguindo os critérios apresentados, pode-se configurar como deficiência (Brasil, 1999).

É importante ressaltar a diferença entre autismo e neurodivergência, que muitas vezes são confundidos como sinônimos, porém, apresentam significados diferentes.

Segundo definição apresentada na aba do Ministério da Saúde no site do governo brasileiro (Brasil, 2026),

> O Transtorno do Espectro Autista - TEA é uma condição do desenvolvimento do cérebro que afeta a comunicação, a interação social e os comportamentos. O termo “espectro” indica que o autismo se manifesta de formas diferentes em cada pessoa, desde quadros leves até casos que exigem maior apoio no dia a dia. (Brasil, 2026)

Porém, deve-se fazer a diferenciação de autismo e patologia. A Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas (ABRAÇA) (2025), diferencia o autismo de uma patologia, caracterizando como uma condição do neurodesenvolvimento humano, uma forma natural de variação humana: “modelo social da deficiência entende que a deficiência não está na pessoa, mas na relação entre suas características e as barreiras impostas pelo ambiente”(ABRAÇA, 2025).

Ainda segundo a ABRAÇA (2025), o termo deficiência surge quando a sociedade não oferece as condições necessárias para a participação plena dessas pessoas.

A lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em seu artigo 1º também equipara para efeitos legais a pessoa com transtorno do espectro autista com os direitos da pessoa com deficiência.

Partindo desses conceitos, entende-se que a inclusão deve ir além do diagnóstico:

> Compreender acessibilidade envolve também reconhecer o que a impede: as barreiras (físicas, comunicacionais, tecnológicas, institucionais e, sobretudo, atitudinais), que limitam ou inviabilizam o acesso de pessoas com deficiência aos seus direitos humanos e à vida em comunidade. (ABRAÇA, 2025)

Para compreender as diferentes formas de interação com o ambiente por pessoas neurodivergentes, é importante abordar o conceito de processamento sensorial. Segundo Machado *et al.* (2017, p.93) “ele diz respeito à forma como o sistema nervoso central gerencia as informações recebidas dos órgãos sensoriais,

ou seja, os estímulos visual, auditivo, tátil, gustativo, olfativo, proprioceptivo e vestibular" (Machado *et al.*, 2017, p. 93).

Porém, de acordo com os autores, quando esse processamento não é feito corretamente, as reações a esses estímulos são prejudicadas, afetando o comportamento e a experiência do indivíduo. O Transtorno de Processamento Sensorial (TPS) ocorre quando há dificuldades no processamento de informações sensoriais, interferindo no comportamento do indivíduo.

O TPS não é associado a um diagnóstico específico, mas geralmente pode ser observado em diagnósticos de transtorno do espectro autista, transtorno do défict de atenção ou até indivíduos sem condição clínica aparente.

Ainda segundo Machado *et al.* (2017, p. 93), existem três subtipos clássicos de TPS: transtorno de modulação sensorial, transtorno de discriminação sensorial e transtorno motor de base sensorial.

> O primeiro consiste na dificuldade para transformar informações sensoriais em comportamentos compatíveis com a intensidade e a natureza da experiência sensorial. Sua sintomatologia inclui hipersensibilidade (respostas mais intensas, mais rápidas ou mais duradouras do que as normalmente observadas), hiporresponsividade (respostas menos intensas ou mais lentas do que o tipicamente observado) e busca sensorial (desejo intenso e insaciável por estímulos sensoriais). Já transtorno de discriminação sensorial se refere à dificuldade em discriminar as qualidades de estímulos sensoriais resultando em capacidade reduzida para detectar semelhanças e diferenças entre estímulos e para diferenciar as qualidades temporais e espaciais do estímulo percebido. Crianças com esse tipo de transtorno percebem os estímulos e regulam suas respostas, mas não podem identificar exatamente a natureza do estímulo ou a localização precisa dele. Por fim, transtorno motor de base sensorial é a dificuldade em estabilizar o corpo (transtorno postural) ou planejar e sequenciar movimentos coordenados (dispraxia) com base em informações sensoriais. [...] (Machado *et al.*, 2017, p. 93)

Segundo a Dra. Megan Anna Neff em matéria publicada pela Neurdivergent Insights (2023), a regulação sensorial é um processo de ajuste dos estímulos sensoriais e dos níveis de excitação e respostas emocionais. Segundo a doutora, brinquedos anti-estresse e a modificação do ambiente ajustando a iluminação e reduzindo os níveis de ruído ajudam a realizar essa regulação.

De acordo com Kapp *et al.*, citados por Araujo, Silva e Zanon (2023), a emergência do movimento da neurodiversidade nas últimas décadas do século XX representou uma ruptura com a lógica biomédica tradicional, que costumava rotular os indivíduos a partir das noções de patologia e normalidade. Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), essa perspectiva defende que o

funcionamento neurodivergente não deve ser visto como um déficit a ser corrigido, mas sim como traços centrais e indissociáveis de quem a pessoa é.

> A neurodiversidade demarcou também a migração das concepções sobre a etiologia do autismo, passando da hipótese psicogênica (embasado primordialmente por concepções psicanalíticas, e na sua maioria com a visão negativa das figuras parentais) para áreas relacionadas à biologia e as ciências cerebrais. [...] (Kapp *et al. apud* Araujo, Silva e Zanon, 2023)

A partir das discussões apresentadas, compreende-se que a neurodivergência constitui uma variação natural da mente humana, que se afasta dos padrões de normalidade socialmente estabelecidos, não sendo, portanto, necessariamente um diagnóstico. No entanto, isso não exclui a necessidade de promover a inclusão e de pensar a acessibilidade, que deve ser compreendida como uma responsabilidade tanto legal quanto social.

2. Neurodivergências e museus

Em entrevista à Agência Estadual de Notícias do Paraná, a arquiteta Marina Pasetto Baki, que trabalha no Museu Oscar Niemeyer (MON), Curitiba/PR e é uma pessoa autista que esteve à frente na elaboração e consolidação do projeto de acessibilidade para pessoas neurodivergentes na instituição museológica, afirma que:

> "Eu sou autista. Todo autista é muito diferente, mas existem características comuns como a necessidade de previsibilidade. E estas questões sensoriais para quem é neurotípico é difícil de entender e enxergar. Então o projeto só deu certo porque contou com a participação de pessoas autistas como eu e todas as pessoas que avaliaram o projeto, dando opinião e feedback" (Paraná, 2022).

Segundo Varner (2015, p. 2), os ambientes dos museus podem ser muito desconfortáveis para pessoas autistas, pois são ambientes com diversos estímulos que podem ocasionar uma sobrecarga sensorial:

> "[...]Não apenas pelo barulho, mas também pelas luzes intermitentes vindas de telas, crianças em crises e os sons altos de dinossauros animatrônicos ao redor, podem contribuem para a sobrecarga sensorial. A iluminação forte, as grandes aglomerações e outros estímulos tornam a visita difícil e cansativa para pessoas com autismo nos horários comuns de funcionamento[...]"(Vagner, 2015, p.2)

Em um artigo publicado no jornal *The New York Times*, o autor e psicólogo clínico Andrew Solomon (2020), comenta que as reações sociais e as deficiências ocultas[1] podem ser duras para pessoas neurodivergentes, afirmando que alguns pais de crianças autistas dizem que é difícil estar em público com uma criança aparentemente neurotípica, que de repente passa por um colapso enorme por causa de uma sobrecarga sensorial aparente. Segundo o autor, as pessoas param e olham, oferecem conselhos não solicitados ou repreendem os pais por seu suposto abuso ou indiferença diante do comportamento "ultrajante" de seus filhos. Isso reflete as diferentes dificuldades que pessoas portadoras de deficiências ocultas enfrentam em seu dia a dia. Como argumenta o autor, "não pedimos para pessoas de muletas participarem de uma dança (embora algumas pessoas que as usam possam fazê-lo). Mas o que devemos fazer com alguém que tem que ser isolado do estresse extremo porque tem ataques epiléticos quando está estressado? " (Solomon, 2020).

[1] Deficiências ocultas são "qualquer comprometimento físico, mental ou emocional que passa despercebido pela maioria das pessoas" (Invisible Disability Project, 2026).

De acordo com Oliveira (2019 *apud* Nascimento, Ostermann e Santos, 2025, p. 239) os ambientes podem causar sensações negativas e positivas nos indivíduos ali presentes, influenciadas diretamente por memórias afetivas e sentimentos.

Pensando no caso específico de pessoas neurodivergentes como por exemplo, pessoas com TEA, deve-se levar em consideração a necessidade de autorregulação, como apresentado anteriormente por Varner (2015), para entender a importância de se garantir a acessibilidade e inclusão desse público.

Considerando a definição de "museu" segundo o *International Council of Museums* - ICOM, aprovada em 2022 durante a Conferência Geral do ICOM em Praga:

> "Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade [...] Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos" (ICOM, 2022).

A organização não-governamental Pessoas com Deficiência da África do Sul (*Disabled People South Africa* – DPSA) adotou em 1986 o lema "Nada Sobre Nós, Sem Nós". Se a sociedade não inclui verdadeiramente a todos, uma sociedade que exclui, oprime e marginaliza.

Se o museu é um espaço aberto ao público, acessível e inclusivo, a partir do momento que ele exclui e dificulta o acesso para um grupo de pessoas, ele não está cumprindo sua função primordial.

Porém, além de pensar em maneiras de se promover a acessibilidade e inclusão para todos, também é preciso levar em consideração o cenário atual do Brasil no que se diz respeito aos cortes orçamentários na área da cultura, e as dificuldades que os museus enfrentam para se sustentarem.

A área de cultura no Brasil se apresenta num cenário desafiador para os museus, pois os recursos destinados pelo governo federal a cultura em nosso país, foram reduzidos entre os anos de 2015 e 2019 em 30% (Marra, 2021). Já no âmbito dos governos estaduais a redução dos investimentos no mesmo período foi de 15%, mas, apesar disso, os museus ainda se mostram resilientes e buscam alternativas para investir em planos de acessibilidade (Marra, 2021).

De acordo com Mendes e Silva (2025), os museus passam por dificuldades para garantir sua sustentabilidade econômico-financeira, se fazendo necessário o maior planejamento dos projetos e desenvolvimento de mecanismos para se adquirir recursos para a manutenção e sobrevivência das instituições museais.

Em matéria produzida e publicada no jornal Folha de São Paulo, Marra (2021), afirma que museus como a Pinacoteca de São Paulo, Museu do Futebol, Centro Cultural Japan House de São Paulo, aumentaram as suas ações de acessibilidade depois da pandemia da COVID-19, embora nesse cenário pandêmico e em função do isolamento por ele provocado, o mundo passava por cortes de investimentos na área da cultura, fato que já vinha acontecendo nos anos anteriores.

Levando em consideração esse cenário desafiador para os museus, deve-se pensar além de ações de acessibilidade que sejam eficazes, mas também ações de baixo custo, que possam ser incluídas no orçamento da instituição.

2.1 Como viabilizar a acessibilidade para pessoas neurodivergentes?

Mostafá (2008) criou o primeiro índice de critérios de design para serem aplicados em ambientes construídos pensando nos indivíduos com TEA (ASPECTSS™). Ele contém 7 critérios: acústica, sequenciamento espacial, espaços de escape, compartimentalização, transições, zoneamento sensorial e segurança.

A Acústica deve ser composta por ambientes que isolem ruídos externos e que não permitem que se forme eco. O nível dela deve variar de acordo com a necessidade de concentração para a atividade na sala, quanto mais o nível de concentração necessário, maior deverá ser o isolamento acústico (Mostafá, 2008).

A Sequência Espacial requer que as áreas sejam organizadas em uma ordem lógica. Os espaços devem fluir o mais perfeitamente possível de uma atividade para outra através de circulação unidirecional sempre que possível, com o mínimo de interrupção e distração, usando Zonas de Transição, que servem para o usuário a recalibrar seus sentidos à medida que passa de um nível de estímulo para outro (Mostafá, 2008). Tais zonas podem assumir uma variedade de formas e podem ser qualquer coisa, desde um nó distinto que indica uma mudança, até uma sala

sensorial completa que permite a recalibração sensorial antes da transição de uma área de alto estímulo para uma de baixo estímulo (Mostafá, 2008).

Os Espaços de Fuga proporcionam ao usuário autista uma trégua da superestimulação encontrada em seu ambiente. Esses espaços podem incluir uma pequena área separada ou espaço para ir em uma seção silenciosa de uma sala ou em todo o edifício (Mostafá, 2008).

A Compartimentalização significa definir e limitar o ambiente sensorial de cada atividade, organizando uma sala de aula ou mesmo um edifício inteiro em compartimentos. Cada compartimento deve incluir uma função única e claramente definida e consequente qualidade sensorial. A separação entre estes compartimentos não precisa ser brusca, mas pode ser através da disposição dos móveis, diferença no revestimento do piso, diferença de nível ou mesmo variações na iluminação (Mostafá, 2008).

O Zoneamento Sensorial propõe que, ao projetar para o autismo, os espaços sejam organizados de acordo com sua qualidade sensorial, ao invés do típico zoneamento funcional. Isto requer agrupar os espaços de acordo com o seu nível de estímulo permitido, em “alto estímulo” e “baixo estímulo”, com zonas de transição ajudando na mudança de uma zona para outra (Mostafá, 2008).

A Segurança é um ponto que nunca deve ser esquecido ao projetar ambientes para crianças, ela é ainda mais uma preocupação para crianças com autismo que podem ter uma percepção alterada do seu ambiente, por exemplo, usando acessórios de segurança para água quente e evitando arestas e cantos afiados (Mostafá, 2008).

Podemos observar em alguns espaços não-museais meios de acessibilidade para o público neurodivergente. Como no Aeroporto de Brasília, que possui um chamado “Espaço Multissensorial”, apresentado na figura 1, para acolher passageiros neurodivergentes. O espaço está situado na sala de embarque doméstico, e foi desenvolvido com o objetivo de minimizar estímulos sensoriais, oferecendo um ambiente acolhedor para descanso antes do embarque ou durante conexões. O local dispõe de iluminação suave, elementos táteis, recursos interativos e uma área cenográfica que simula o interior de uma aeronave, como mostrado na figura 2, equipada com poltronas e janela ilustrativa, possibilitando que os

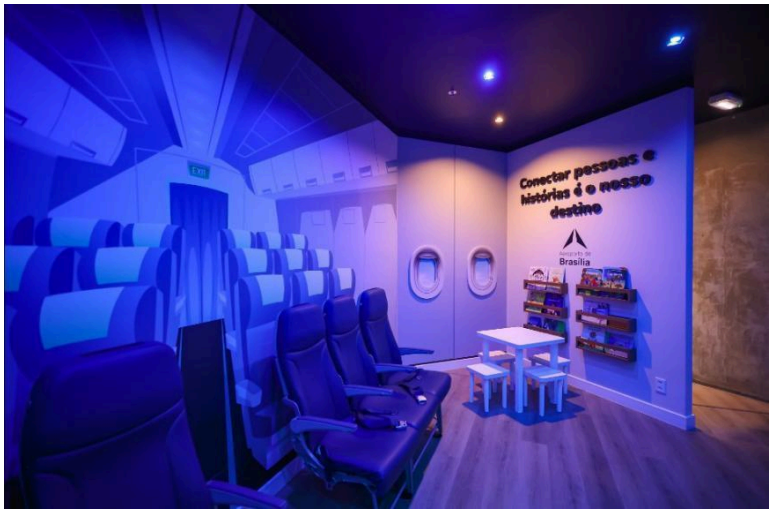
passageiros se familiarizem previamente com o espaço interno da cabine, contribuindo para a redução da ansiedade e do desconforto relacionados à experiência de voo (BSB, 2025).

Figura 1 - Espaço multissensorial do Aeroporto de Brasília.



Aeroporto de Brasília, 2026

Figura 2 - Interior do Espaço multissensorial do Aeroporto de Brasília.



Aeroporto de Brasília, 2026

Já no ambiente de Shopping Centers, temos como exemplo o Manaira e o Mangabeira Shopping, ambos localizados em João Pessoa, na Paraíba. De acordo com o JP Agenda, em matéria publicada em abril de 2025, nos cinemas dos dois shoppings há duas sessões adaptadas por mês, além de meia-entrada para a

pessoa com TEA e seu acompanhante. Durante as sessões o volume é reduzido, 50% das luzes permanecem acesas e não há exibição de propagandas ou trailers.

Além disso, os dois shoppings contam com vaga de estacionamento exclusivo e disponibilização de abafadores de ruídos, como mostra no cartaz na figura 3.

Figura 3 - Cartaz no Shopping Manaira indicando o empréstimo de abafadores de ruído



Arquivo pessoal, 2026

Como exemplo no contexto cultural, o Museu do Amanhã, localizado no Rio de Janeiro, inaugurou em setembro de 2025 uma série de ações para promover a acessibilidade ao público neurodivergente, por meio da disponibilização de kits de autorregulação sensorial com brinquedos antiestresse, abafadores, óculos escuros, entre outros, para pessoas neurodivergentes ou com algum tipo de hipersensibilidade, além de possuir as chamadas “Narrativas Descritivas e Visuais” mapeando as exposições e facilitar o planejamento da visita, com informações sobre luz, som e movimento (Museu do Amanhã, 2025).

Além disso, o museu também conta com uma sala de autorregulação sensorial, que possui poltronas, objetos táteis, luz regulável e piscina de bolinhas.

Figura 4 - Sala de autorregulação no Museu do Amanhã



G1, 2025

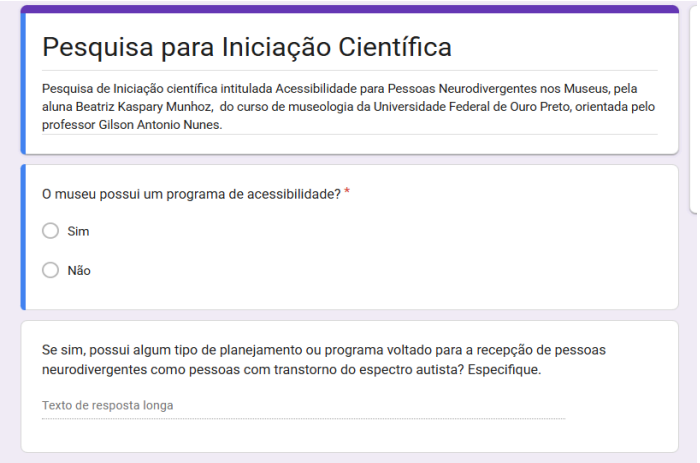
3. Procedimentos metodológicos

De abordagem qualitativa, a presente pesquisa se classifica enquanto os seus objetivos como exploratória, que de acordo com Andrade (2009, p. 112), é o primeiro passo de todo trabalho científico, proporcionando mais informações sobre um determinado tema, bem como descritiva, que segundo a autora possibilita o estudo de fenômenos sem a interferência do pesquisador, que se utiliza de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Em relação aos procedimentos para coleta de dados, ou delineamento, é classificada como levantamento que de acordo com Gil (2007, p. 50) é caracterizada pela interrogação direta das pessoas cujas informações se desejam conhecer.

Utilizando a plataforma MuseusBr, com dados do Cadastro Nacional de Museus, e mantida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), foi realizada uma pesquisa para identificar os museus relacionados com uma busca utilizando a palavra-chave “acessibilidade”. Ou seja, identificando as instituições museológicas que se auto declararam possuir iniciativas de acessibilidade para as pessoas com deficiência. Para estes museus foram enviados e-mails, convidando-os para participar da pesquisa respondendo um breve questionário via *Google Forms* com duas perguntas: se o museu possui um programa de acessibilidade (fechada) e, em caso positivo, se abrange pessoas neurodivergentes, solicitando ao respondente que o especificasse (aberta), conforme ilustra a figura 1.

Figura 5 - Questionário utilizado na pesquisa



Arquivo pessoal, 2026

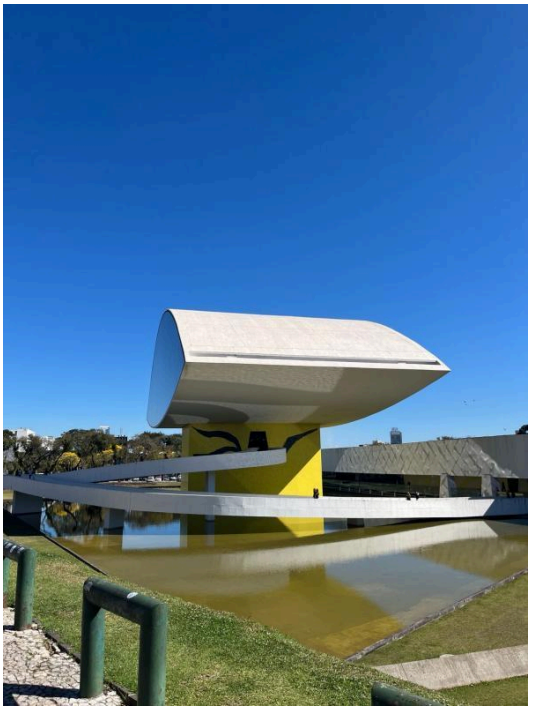
Para a realização do estudo de caso no Museu Oscar Niemeyer (MON) em Curitiba, Paraná, foi realizada uma visita *in loco* e uma entrevista semi-estruturada com a arquiteta Marina Pasetto, representando o museu, foi realizada presencialmente, no dia 10 de setembro de 2025, a qual esteve à frente na consolidação do projeto, cujas ações de acessibilidade para pessoas neurodivergentes iniciaram-se em junho de 2022.

De acordo com o site do Museu Oscar Niemeyer (2026), a instituição é um museu estadual vinculado à Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. Inaugurado em 2002, hoje é considerado o maior museu de arte da América Latina, com cerca de 35 mil metros quadrados de área construída.

O edifício foi projetado em 1967, originalmente para ser a sede do Instituto de Educação do Paraná, e, assim que inaugurado na década de 1970, passou a ser utilizado para sediar algumas secretarias estaduais. A partir do ano 2000, começaram os planejamentos para transformar o espaço em um museu de arte. (MON, 2026).

Em 2001, o governo estadual decidiu converter a ampla área em um museu e, em 22 de novembro de 2002, o edifício deixou de abrigar secretarias de Estado para se tornar sede do então denominado Novo Museu. O prédio passou por adaptações e recebeu um anexo, conhecido popularmente como “Olho” devido ao seu formato arquitetônico, conforme a figura 2, ambos projetados pelo renomado arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer. (MON, 2026).

Figura 6 - Museu Oscar Niemayer



Arquivo pessoal, 2025

3.1 Resultados da pesquisa

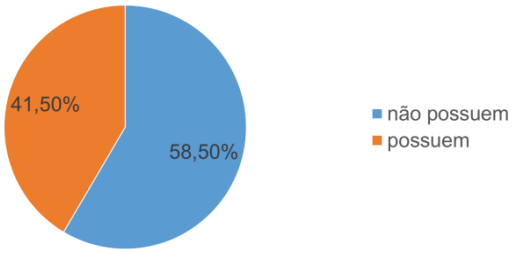
Dentre os 4.680 museus cadastrados no Cadastro Nacional de Museus, abrigados na plataforma MuseusBr, 387 desses, que apareceram na aba “acessibilidade” foram alvo da pesquisa, para os quais foram destinados os e-mails convite para participarem da pesquisa.

Desses, apenas 355 foram entregues, 30 não foram encontrados pois os endereços de e-mails retornaram como inexistentes e uma instituição estava fechada. Dos 355 e-mails entregues e recebidos pelos museus, foram obtidas 65 respostas em relação à primeira pergunta: “O museu possui um programa de acessibilidade? ”.

Dentre essas respostas, verificou-se, conforme gráfico da figura 6, que apenas 41,5% possuem um programa de acessibilidade para pessoas com deficiência, apesar de ser obrigação legal dos museus instituírem um Programa de Acessibilidade a Todas as Pessoas, segundo a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência alterando a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro, o Estatuto dos Museus, e ainda

segundo a Plataforma MuseusBr, serem instituições que possuíam iniciativas de acessibilidade.

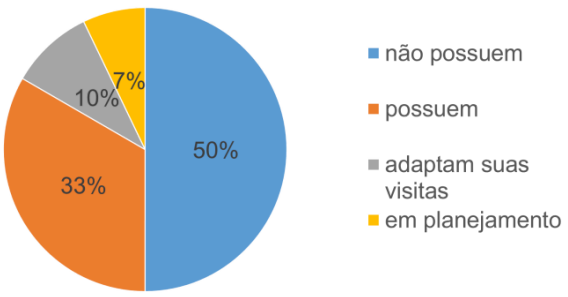
Figura 7 - Porcentagem dos museus que possuem um programa de acessibilidade, dentre as instituições com iniciativas de acessibilidade segundo a plataforma MuseusBr (2025).



Arquivo pessoal, 2026

Das 65 respostas positivas, ou seja, afirmando que o museu possuía programa de acessibilidade, apenas 42 respostas foram obtidas na segunda pergunta: “Se sim, possui algum tipo de planejamento ou programa voltado para a recepção de pessoas neurodivergentes como pessoas com transtorno do espectro autista? Especifique.”. Sendo que esse quantitativo representa menos de 1% do total dos museus cadastrados pelo IBRAM (0,9%). Das 42 instituições, verificamos que 21 museus (50%) não possuem nenhuma ação para a acessibilidade de pessoas neurodivergentes, 14 (33%) possuem, 4 (10%) adaptam suas visitas mediadas conforme a necessidade e 3 (7%) estão em planejamento, conforme ilustra a figura 7.

Figura 8 - museus que possuem ações de acessibilidade para pessoas neurodivergentes, dentre as instituições com iniciativas de acessibilidade segundo a plataforma MuseusBr (2025).



Arquivo pessoal, 2026

Dentre os museus que responderam que possuem alguma ação de acessibilidade para esse público específico, 4 deles especificaram as ações. O primeiro relatou que possui um guia próprio para o atendimento e a visita de pessoas neurodivergentes. O segundo especificou que possui um livreto elaborado para ajudar a preparar visitantes com autismo para a experiência no museu, antecipando eventos e ambientações. O terceiro relatou que em uma das atividades do museu possuem os abafadores de ruído disponíveis, caso haja sensibilidade auditiva, e também têm cuidado de manter os áudios das sessões em menor volume, caso haja sensibilidade visual ou tátil, também possuem monitores bolsistas treinados. O quarto respondeu que oferecem o apoio de profissionais de inclusão e disponibilização de abafadores de ruído, além de toda a equipe que atua diretamente com o público receber formação sobre acessibilidade e neurodivergência, participando também de um programa de formação continuada sobre o tema.

Podemos observar que as principais medidas adquiridas pelos museus são as visitas mediadas e a disponibilização de abafadores de ruído. Ambas medidas de custo relativamente baixo e que podem ser implementadas mais facilmente pelas instituições.

3.2 Estudo de caso

O Museu Oscar Niemeyer, objeto do estudo de caso, possui em seu programa de acessibilidade para pessoas neurodivergentes um material intitulado “narrativa visual” e o “mapa sensorial”, além de uma sala de acomodação sensorial e disponibilização de abafadores de ruído e cordões de girassol.

A narrativa visual, segundo a entrevistada Marina Pasetto, veio devido a necessidade de previsibilidade e planejamento que pessoas autistas, por exemplo, podem sentir. O material explica em um passo a passo, como é a visita ao museu e se estrutura em imagens e pequenos textos. Tanto a narrativa visual quanto o mapa sensorial são disponibilizados no site do museu na internet no formato PDF, conforme as figuras 8, 9 e 10.

> A proposta do material é que a pessoa entenda o que ela vai encontrar no museu [...] E o mapa sensorial, que aí é o mapa do museu, que tem algumas sinalizações de estímulos sensoriais mais comuns que a pessoa pode

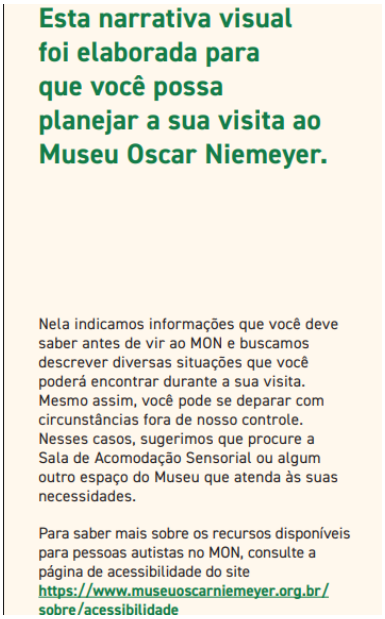
encontrar naquele espaço. Para ela entender o que ela precisa se preparar para encontrar, e também se ela se vê no momento de alguma desorganização, ela entender qual espaço vai atender melhor as necessidades dela [...] (Marina Pasetto, 2025, informação verbal).

Figura 9 - Capa da narrativa visual.



Museu Oscar Niemeyer, 2026

Figura 10 - Página 2 da narrativa visual.



Museu Oscar Niemeyer, 2026

Figura 11 - Sumário da Narrativa Visual



Museus Oscar Niemeyer, 2026

No documento da Narrativa Visual, como mostrado na figura 10, indicam informações básicas sobre os espaços do museu e como se preparar para a visita, permitindo que o visitante saiba o que vai encontrar na instituição.

O Mapa Sensorial indica por meio de símbolos e legenda os estímulos sensoriais, como sons, silêncio, tipo de iluminação, movimento e odores, que podem ser encontrados em cada espaço do museu, representado na figura 11, 12 e 13.

Figura 12 - Mapa Sensorial



Museu Oscar Niemeyer, 2026

Figura 13 - Página 2 do Mapa Sensorial



Museu Oscar Niemeyer, 2026

Figura 14 - Legenda do Mapa Sensorial

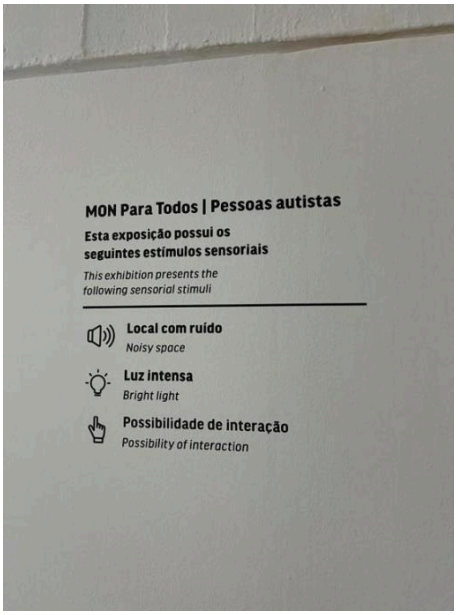


Museu Oscar Niemeyer, 2026

Na entrada de cada uma das salas de exposição, há também uma sinalização de estímulos sensoriais que poderão ser encontrados ao longo da exibição, de

acordo com a figura 14 e 15. Possibilitando às pessoas neurodivergentes e eventuais acompanhantes planejarem a visita.

Figura 15 - Aviso de estímulo sensorial.



Arquivo pessoal, 2025

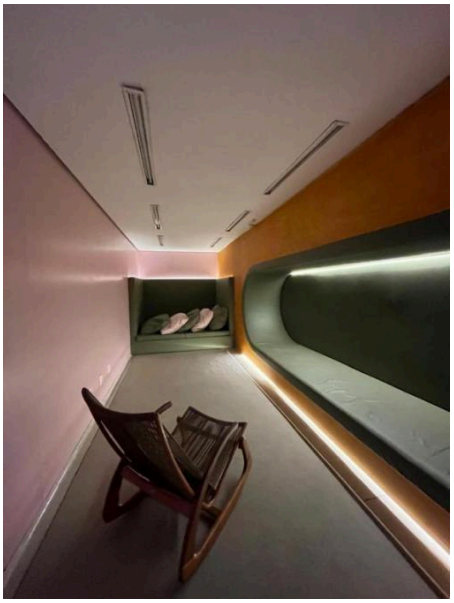
Figura 16 - Aviso de estímulo sensorial.



Arquivo pessoal, 2025

A sala de acomodação sensorial, figura 16, é composta por um espaço com almofadas, poltrona e sofá, não só para pessoas autistas, mas também para qualquer pessoa neurodivergente que sentir a necessidade de usar o local para se regular. O local possui uma chave para a pessoa que estiver usando poder trancar. Sendo que a sala permanece sempre monitorada por meio de câmeras de segurança. Ela se localiza no primeiro andar do museu, próximo a entrada, a fim de facilitar o acesso.

Figura 17 - Sala de acomodação sensorial



Arquivo pessoal, 2025

Ainda segundo a entrevistada, a arquiteta Marina, o museu coleta frequentemente *feedbacks* de visitantes sobre as ações realizadas, por meio de um link disponibilizado no final de cada material e um QR code na sala de acomodação sensorial, apresentado na figura 17. Segundo esses relatos, verificou-se que esse público passou a visitar o museu com muito mais frequência depois do programa de acessibilidade.

> O que acontecia muito, que as pessoas relatam, é de vir ao museu e ter que ir embora por um desconforto, uma crise e que hoje, com a nossa infraestrutura de acessibilidade, é mais difícil acontecer [...] a gente tem tido muitos *feedbacks* positivos de pessoas que só puderam vir ao museu porque existe a iniciativa da sala ou de atividades específicas para o público autista, de pessoas que tinham uma família que veio, que era uma criança autista, e os pais se revezavam, a criança precisava usar muito a sala, então alguém ia ver uma exposição enquanto a outra pessoa ficava com a criança na sala. Então, só puderam vir ao museu porque tinha esse espaço. [...] (Marina Pasetto, 2025, informação verbal).

Figura 18 - Código QR para avaliação



Arquivo pessoal, 2025

Além do retorno positivo dos visitantes, o museu também recebeu um forte retorno institucional, recebendo premiações, por exemplo, o prêmio “Viva Inclusão”[2], e participando de eventos nacionais e internacionais para apresentar o programa.

As medidas implementadas pelo MON como os abafadores de ruído e cordão de girassol, podem ser implementados mais facilmente pelas instituições devido ao seu custo relativamente baixo. Pensando em medidas de baixo custo, pode-se citar a Narrativa Visual, que por ser em formato digital não há necessidade de gastos com impressão, podendo facilmente ser adicionado no programa de acessibilidade dos ambientes museais.

A sala de acomodação sensorial recebeu muitas avaliações positivas, porém, entende-se a situação atual do Brasil em relação a limitação de orçamento e as dificuldades financeiras que os museus enfrentam, dessa forma, esse tipo de espaço se torna mais difícil de ser implementado.

[2] é uma iniciativa da Prefeitura de Curitiba/PR, por meio do Departamento dos Direitos da Pessoa com Deficiência (DPCD), que reconhece e premia boas práticas e projetos inovadores voltados à inclusão de pessoas com deficiência na cidade (Curitiba, 2024).

Considerações Finais

É notável que o Brasil falha no quesito acessibilidade para pessoas neurodivergentes, sobretudo nos museus, tanto por fatores de falta de visibilidade no tema, quanto por dificuldades orçamentárias que são enfrentadas e frequentemente relatadas pelas instituições museais. Bem como pelo não cumprimento da legislação sobre a elaboração e aplicação do Plano Museológico e o Programa de Acessibilidade à Todas as Pessoas.

O Museu Oscar Niemeyer e o Museu do Amanhã nos dão exemplos de maneiras para viabilizar a acessibilidade para esse público específico. Pode-se destacar aqui os materiais de narrativa visual e mapa sensorial, que por serem disponibilizados no site do museu, a um baixo custo, mas que mesmo assim fazem uma grande diferença para a visita de pessoas neurodivergentes. Também pode-se citar a aquisição dos abafadores de ruído, cordões de girassol e os brinquedos anti-estresse que já se faz necessário um investimento, porém, relativamente baixo.

Como uma ação não-material, o treinamento da equipe para o atendimento desse público também é fundamental, garantindo que a pessoa neurodivergente será acolhida e terá pessoas preparadas para atenderem às suas necessidades.

Já a sala de acomodação sensorial, é uma alternativa muito eficaz e já utilizada em ambientes não-museais, como em alguns aeroportos, por exemplo, o Aeroporto Internacional de Brasília, possui esse mesmo tipo de espaço (BSB, 2025). Porém, levando em consideração as dificuldades de orçamento dos museus brasileiros, entende-se que não é uma alternativa tão viável e que pode ser substituída por outras ações, como as citadas anteriormente que, mesmo pequenas, podem fazer uma grande diferença para a inclusão de todas as pessoas, fazendo jus à definição de museu de 2022 pelo ICOM.

Também deve-se levar em consideração que a elaboração de projetos de acessibilidade deve sempre serem acompanhados por pessoas com local de fala no assunto, pessoas que vão poder avaliar as melhores alternativas e que vão melhor atender ao público.

É importante ressaltar que a acessibilidade para pessoas neurodivergentes deve ir para além do diagnóstico. Incluir a todos sem excluir outros, sem a necessidade de apresentar um laudo.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2009.

ARAUJO, Ana Gabriela Rocha; SILVA, Mônia Aparecida da; ZANON, Regina Basso. Autismo, neurodiversidade e estigma: perspectivas políticas e de inclusão. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 27, e247367, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-35392023-247367. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/S5FdcTLWS9bPdJwPXcdmnHz/?format=html&lang=pt. Acesso em: 3 set 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA AÇÃO POR DIREITOS DAS PESSOAS AUTISTAS (ABRAÇA). **Cartilha: acessibilidade para pessoas autistas**. Fortaleza: ABRAÇA, 2025. Disponível em: http://abraca.net.br/wp-content/uploads/2025/10/cartilha-acessibilidade-pessoas-autistas-abraca.pdf. Acesso em: 19 maio 2026.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=3298&ano=1999&ato= a55k3Zq5keNpWTe7a. Acesso em 30 nov 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm Acesso em 16 nov 2024.

BRASIL, 2015. **Lei nº 13.146, de 13 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Transtorno do Espectro Autista**. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/autismo. Acesso em: 10 ago. 2026.

BSB, Aeroporto Internacional de Brasília, **Bem-vindo ao Espaço Multissensorial do Aeroporto de Brasília**. Disponível em: https://www.bsb.aero/sala-multissensorial. Acesso em 05 mar 2026.

CURITIBA, Prefeitura Municipal, **Projeto consolidado, time de basquete em cadeira de rodas é destaque do Prêmio Viva Inclusão**, 2024. Disponível em: https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/projeto-consolidado-time-de-basquete-em-cadeira-de-rodas-e-destaque-do-premio-viva-inclusao/75513. Acesso em 04 mar 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007, 4º ed.

G1, O portal de notícias da Globo, **Museus cariocas ampliam programas de acessibilidade e inclusão no Mês da Luta da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <https://g1.globo.com/guia/guia-rj/noticia/2025/09/21/museus-cariocas-ampliam-programas-de-acessibilidade-e-inclusao-no-mes-da-luta-da-pessoa-com-deficiencia.ghtml>. Acesso em: 3 jul. 2026.

IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus, **Portaria IBRAM nº 3.135, de 20 de setembro de 2024**. Dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Acessibilidade em Museus e Pontos de Memória – Acesse Museus – no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. Brasília, DF, 20 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas/portarias/portaria-ibram-no-3135-de-20-de-setembro-de-2024>. Acesso em: 22 jun. 2026.

INVISIBLE DISABILITY PROJECT. **Our Mission**. Disponível em: <https://www.invisibledisabilityproject.org/our-mission/>. Acesso em 10 ago. 2026.

JP AGENDA, **Manaira e Mangabeira Shopping têm descontos em lazer e entretenimento para pessoas com TEA**. Disponível em: <https://www.jpagenda.com/post/manaira-e-mangabeira-shopping-t%C3%AAm-descontos-em-lazer-e-entretenimento-para-pessoas-com-tea>. Acesso em: 12 maio 2026.

MACHADO, Ana Carolina Cabral de Paula; OLIVEIRA, Suelen Rosa de; MAGALHÃES, Lívia de Castro; MIRANDA, Débora Marques de; BOUZADA, Maria Cândida Ferrarez. **Processamento Sensorial no Período da Infância em Crianças nascidas Pré-Termo**: Revisão Sistemática. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/zYzcpdfxx8qyYZ9mSnWFjPN/#ModalTutors>.<Acesso em 20 mar 2026>

MARRA, Renan. **Museus avançam na acessibilidade mesmo com cortes de orçamento**. In: Folha de São Paulo. São Paulo, publicado em 10.12.21. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2021/12/museus-avancam-na-acessi b ilidade-mesmo-com-cortes-de-orcamento.shtml <acesso em 9 maio 26>

NEFF, Megan Anna. Autism in families: how to be autism-affirming at home. **Neurodivergent Insights**, 27 abr. 2023. Disponível em: https://neurodivergentinsights.com/autism-in-families/. Acesso em: 31 ago. 2026.

MENDES, Telma de Araújo; SILVA, Josenildo de Souza e. **Reflexões e contribuições ao processo de financiamento e fomento a museus**. Mouseion, Canoas, n. 46, p. 1-15, dez. 2025. DOI: http://dx.doi.org/10.18316/mouseion.vi46.10354. Disponível em: <https://svr-net127.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/10354> . Acesso em: 13 maio 2026.

MON, Museu Oscar Niemeyer. **História do Museu**. Disponível em: <https://www.museuoscarniemeyer.org.br/sobre/historia>. <Acesso em 20 mar 2026>

MOSTAFA, Magda. **ASPECTSS**. Disponível em: <https://www.autism.archi/aspectss>. <acesso 12 maio 2026>

MOSTAFA, Magda. An Architecture for Autism: Concepts of Design Intervention for the Autistic User, **Archnet-IJAR, International Journal of Architectural Research**, Volume 2, março 2008, p. 189-211. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Magda-Mostafa-2/publication/26503573_An_An_Architecture_for_Autism_Concepts_of_Design_Intervention_for_the_Autistic_User/links/566c13f308ae1a797e3d4431/An-An-Architecture-for-Autism-Concepts-of-Des i gn-Intervention-for-the-Autistic-User.pdf> . <Acesso em 12 mai 2026>.

MUSEU DO AMANHA. **Visitas Mediadas**. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/visite/visitas-mediadas>. Acesso em: 12 maio 2026.

MUSEUSBR, “MuseusBr”, **Cadastro Nacional de Museus**, Instituto Brasileiro de Museus, Brasília: 2025. Disponível em: <http://renim.museus.gov.br/> . <Acesso em 5 jul 2025.>

NASCIMENTO, Luane Maria Oliveira; OSTERMANN, Erika Alezard; SANTOS, Philipe do Prado. **ARQUITETURA SENSORIAL**: ESPAÇOS QUE REGULAM ESTÍMULOS PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DE DEFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH) NO AMBIENTE ESCOLAR. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 11, n. 10, p. 237–255, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i10.21283. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/21283. Acesso em: 13 maio. 2026.

NEURODIVERGENT INSIGHTS. The power of sensory regulation. **Neurodivergent Insights**, 2023. Disponível em: https://neurodivergentinsights.com/the-power-of-sensory-regulation/. Acesso em: 25 agos 2026.

NUNES, G. A., SANTOS, A. P. dos e SILVA, M. M. Acessibilidade em museus: disciplina eletiva convertida em obrigatória no curso de Museologia da UFOP. **In: Revista Práticas em Gestão Pública Universitária** - PGPU, v. 8, n. 2, 2024. Rio de Janeiro: UFRJ. ISSN 2526-8503.

PARANÁ, 2022. Governo do Estado do. **Agência Estadual de Notícias**. Com sala exclusiva e novas ferramentas, MON vira referência em acolhimento de autistas. Disponível em: https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Com-sala-exclusiva-e-novas-ferramentas-M ON-vira-referencia-em-acolhimento-de-autistas. Acesso em 10 dez 2025.>

SOLOMON, Andrew. **What Happens When You're Disabled but Nobody Can Tell.** In: The New York Times. Publicado em 10.07.20. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/07/10/style/invisible-disabilities.html >.< Acesso em 20 mar 2026>

SOUZA, X. de, J. R., TAVARES, T. P. e MOTA, F., M. (2024). Um olhar inclusivo sobre os direitos e garantias das pessoas neurodivergentes e neuroatípicas. **In: Interfaces Científicas - Direito**, 9(3), 216–229. Disponível em:< https://doi.org/10.17564/2316-381X.2024v9n3p216-229>. <Acesso em 15 dez 2025>.

SOUZA, José Rafael X. de; TAVARES, Thiago Passos; MOTA, Marlton F. Um olhar inclusivo sobre os direitos e garantias das pessoas neurodivergentes e neuroatípicas. In: **Interfaces Científicas - Direito**, *[S. l.]*, v. 9, n. 3, p. 216–229, 2024. DOI: 10.17564/2316-381X.2024v9n3p216-229. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/direito/article/view/12045>.< Acesso em 26 nov. 2024>.

OLIVEIRA DA SILVEIRA, A.; SCHOPRONI BICHUETI, R. **Cidades inteligentes e neurodiversidade**: Discussão sobre a necessidade de espaços urbanos inclusivos para todos (ENSAIO). CIDADES, Comunidades e Territórios, n. 48, jul. 2024.

VARNER, Rachel. **Museums and Visitors with Autism**: An Overview of Programs (2015). Thesis. Rochester Institute of Technology.

WALKER, N. **Neuroqueer Heresies**: Notes on the Neurodiversity Paradigm, Autistic Empowerment, and Postnormal Possibilities. Fort Worth, Tx: Autonomous Press,2021.